

**COLLING**, Ana Maria\*

<https://orcid.org/0000-0001-5500-4517>

**RESUMO:** Este texto conta a história da prisão de Inês Etienne Romeu, presa pela Ditadura Militar brasileira como militante subversiva que defendia a democracia e a liberdade. Inês Etienne passou para a história como a brava mulher sobrevivente à Casa da Morte. Em 18 de setembro de 1971, denunciou ao país, através da OAB, e Comissão da Verdade o local da casa em Petrópolis, Rio de Janeiro, o codinome e o nome dos carcereiros e torturadores, assim como o nome de vítimas que por lá passaram. Acompanha o texto excertos do documento da Comissão de Direitos Humanos da OAB com o depoimento de Inês Etienne. Nessa luta entre a resistência e a ditadura, ela foi a vencedora, pois sobreviveu para contar sua história e a localização da casa de onde foi a única a sair viva. Na disputa de narrativas sobre a Ditadura Militar no Brasil, o depoimento dessa valente mulher presta um serviço à nossa memória.

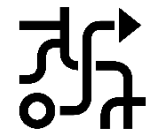
**PALAVRAS-CHAVE:** Inês Etienne Romeu; Ditadura Militar; disputa pela memória.

**ABSTRACT:** This text tells the story of the imprisonment of Inês Etienne Romeu, arrested by the Brazilian military dictatorship as a subversive activist who defended democracy and freedom. Inês Etienne went down in history as the brave woman who survived the House of Death. On 18<sup>th</sup> September 1971, she denounced to the country, through the OAB, and to the National Truth Commission the existence of the house, and identified the aliases and names of her torturers, as well as the names of victims who had been there. This paper includes excerpts from the document from the OAB Human Rights Commission with the testimony of Inês Etienne. In her fight against the dictatorship, she was the winner since she survived to tell her story and the location of the house from where she was the only one to come out alive. In the dispute over narratives about the military dictatorship in Brazil, the testimony of this brave woman provides a service to our memory.

**KEYWORDS:** Inês Etienne Romeu; military dictatorship; dispute over memory.

---

\* Professora no PPG de História da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). Pesquisadora da UNESCO junto à Cátedra Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras. Especialista em História das Mulheres, Relações de Gênero e Sexualidades. E-mail: [acolling21@yahoo.com.br](mailto:acolling21@yahoo.com.br)



## INTRODUÇÃO

Muitas mulheres e homens de nosso país contribuíram para que os atos da Ditadura Militar, que matou, torturou, perseguiu tantos e tantas, não fossem esquecidos. Diferentemente da Argentina, que colocou nos bancos dos réus seus algozes, aqui no Brasil foram anistiados torturados e torturadores. Talvez tenha sido esse o motivo de por ocasião da votação do impeachment de Dilma Roussef, primeira presidenta de nossa história, um deputado ter dedicado seu voto à Brilhante Ustra, seu torturador<sup>1</sup>: “O pavor de Dilma Roussef”, disse ele. Tristemente, esse mesmo deputado foi eleito presidente do país, cercado-se de centenas de militares e sendo o responsável pelo atraso em todos os setores que privilegiavam a sociedade brasileira. A admiração pública por “Tibiriçá” é uma consequência, certamente, da anistia aos torturadores.

Mas o mais impactante nesse caso foi que, ao assistirmos à votação do impeachment, e posteriormente às cenas gravadas desse que se caracterizou como mais um golpe na história do Brasil, foi a “paisagem” ao redor do deputado. Nenhuma surpresa nos rostos dos que cercavam o microfone, nenhuma crítica, já anunciando a tragédia do que aconteceria nos anos seguintes.

Esse fato, dentre tantos outros, demonstra a nossa tarefa como historiadores/as em traduzir a história do tempo presente, para não sermos negativamente surpreendidos em atos como os de 8 de janeiro do corrente ano. Pintados de verde e amarelo, como se fosse um passeio no parque, homens e mulheres “de bem” reivindicando uma intervenção militar no país.

## DEFESA DA LIBERDADE E DEMOCRACIA

Entre tantos homens e mulheres, defensores da liberdade e da democracia, que sacrificavam suas vidas pela sua luta e criticavam Ditadura Militar, destaco, admiro e reverencio a brava mulher que teve a coragem e a importância na defesa da memória – Inês Etienne Romeu. Não foi por acaso que em 2009 recebeu o Prêmio de Direitos Humanos na categoria Direito à Memória e à Verdade.

---

<sup>1</sup> Brilhante Ustra foi um dos mais famosos torturadores brasileiros durante a Ditadura Militar. Conhecido pelo apelido de Doutor Tibiriçá, atuava no DOI-Codi do II Exército. Gaúcho, era coronel e morreu em Brasília aos 83 anos em 2015. Nunca pagou pelos seus crimes.



Inês Etienne Romeu foi a última presa política a ser libertada no Brasil, morreu no dia 27 de abril de 2015, aos 72 anos, em sua casa, em Niterói/RJ. Morreu em paz, já que viva não superou os traumas físicos e psicológicos herdados da tortura efetuada pela Ditadura Militar brasileira. Mineira de Pouso Alegre, aluna da Universidade Federal de Minas Gerais e bancária, como muitas jovens brasileiras, engajou-se em partidos revolucionários lutando pela redemocratização do Brasil. Fez parte da POLOP (Organização Revolucionária Marxista de Política Operária) e da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária).

Em 1971 foi presa em São Paulo por Sérgio Paranhos Fleury,<sup>2</sup> sob a acusação de ter participado do sequestro do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, meses antes, no Rio de Janeiro, numa operação da VPR comandada por Carlos Lamarca. Depois de ser torturada, espancada e pendurada em pau de arara, disse aos torturadores que havia marcado um encontro com companheiros no Rio de Janeiro. Inês Etienne tinha 29 anos.

Ávidos por caçar qualquer opositor ao regime, levaram Inês e, ao chegar ao local determinado, Bairro Cascadura, seus algozes deram-se conta de terem sido ludibriados pela jovem militante que se jogou sob as rodas de um ônibus. Não morreu. Após ser tratada, foi levada, em maio de 1971, para uma casa em Petrópolis/RJ, de propriedade de um alemão chamado Mário Ladders.<sup>3</sup> Ali começa sua história de terror. Não somente sua, mas de tantos jovens que não sobreviveram às torturas perpetradas por algozes na casa de Petrópolis, mantida pelo CIE (Centro de Informações do Exército).

Inês Etienne Romeu foi a única sobrevivente da Casa da Morte. Quem lá entrou, não saiu com vida, com exceção de Inês, que viveu para acertar contas com a injustiça e o terror. Permaneceu na Casa da Morte por 96 dias, sob tortura física e psicológica, choques elétricos, espancamentos e vários estupros. De tantas

---

<sup>2</sup>Sérgio Paranhos Fleury foi um [policial](#) que atuou como [delegado](#) do DOPS de [São Paulo](#). Ficou conhecido por sua atuação violenta e foi acusado de [tortura](#) e [homicídio](#) de inúmeras pessoas pelo [Ministério Público](#), mas morreu afogado em sua lancha no dia 1º de maio de 1979, antes de ser julgado. Seu corpo foi sepultado sem ter sido [necropsiado](#), o que gerou comentários de que ele teria sido assassinado como "queima de arquivo" pelos seus antigos colaboradores da ditadura. Entre as diversas homenagens que recebeu, consta, ironicamente, a Medalha de Pacificador.

<sup>3</sup> Mário Ladders, o alemão proprietário do sobrado conhecido como Casa da Morte. Este imóvel teria sido um local de espionagem nazista durante a 2ª guerra mundial.



bofetadas, seu rosto ficou irreconhecível. Tentou se matar várias vezes, como forma de se livrar dos sofrimentos e das humilhações.

A história da Ditadura Militar no Brasil transformou-se numa disputa pela memória, portanto uma disputa pela história. Inês Etienne Romeu merece nosso respeito e admiração porque fez de sua dor uma luta pelos direitos humanos. Em respeito pela sua coragem, pela memória e pela contribuição com a história, precisamos contá-la e reverenciá-la.

## MULHERES E DITADURA

Inês Etienne foi uma das tantas mulheres que combateu a Ditadura Militar. A humilhação das mulheres ditas “subversivas”, tratadas como “putas comunistas” pelos seus algozes, foi uma característica dos torturadores pelo Brasil afora (Cf. COLLING, 2016). Inês, em suas memórias, relata que além dos estupros, era obrigada a cozinhar nua, sendo humilhada pelos carcereiros, como narra a seguir:

Colocavam-me completamente nua, de madrugada, no cimento molhado, quando a temperatura era baixíssima. Petrópolis é intensamente fria na época que lá estive (8 de maio a 11 de agosto). (Ordem dos Advogados do Brasil, ROMEU, 1971, p. 14)

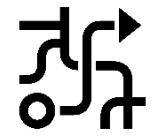
A humilhação pela nudez feminina foi uma constante, como pude atestar nas entrevistas que realizei com mulheres militantes presas pela ditadura militar, como podemos observar:

Cada vez que estava na cela de tortura eles tiravam a minha roupa. Eu também não sei mais se tiravam a roupa toda vez que eu estava na cela ou se eu já ficava sem roupa. (COLLING, 1997, p. 78).

Ou como relatou a outra:

É no teu corpo que eles vão agir, e uma das primeiras coisas que eles fazem é te encapuzar. Eles te encapuzam e tiram toda a roupa. A cena é terrível, não há o menor contato físico. Tu estás encapuzada, pelada, rodeada de homens no silêncio. Eles não falam contigo, fazem alguns ruídos para saberes que estão ali. (...) Isto é um horror que não tem imaginação que possa alcançar, tu terminas assim em posição fetal, porque tu comesças a te tapar, não tem nem o que apar, tu não sabes o que eles estão olhando, tu queres te tapar toda e aí tu vais te encolhendo, te encolhendo, vira um feto. (COLLING, 1997, p. 83).

Ou uma terceira,



Minha irmã foi presa e torturada na vagina, nos seios, na frente de meu irmão. Ela teve sérios problemas na coluna, por causa das torturas, do choque elétrico, do pau de arara. Ela não gosta de comentar, porque ficou muito marcada. (COLLING, 1997, p. 89).

Em agosto de 1971, acreditando que atuaria como infiltrada na VPR, Inês foi entregue a uma irmã, pesando apenas 32 quilos, mas com a memória lúcida e disposta a denunciar o seu sofrimento e a serenar o sofrimento de familiares que buscavam seus desaparecidos que passaram pela Casa da Morte.

Após esse episódio, para mantê-la viva, seus advogados decidiram pela prisão de Inês, que foi encaminhada ao Presídio Talavera Bruce. Condenada à prisão perpétua (figura jurídica possível na ditadura), foi libertada somente em 1979 pela Lei de Anistia. Dois anos depois, em 1981, Inês localizou a casa onde torturavam, estupravam e matavam militantes de esquerda, em sua grande maioria muito jovens.

Graças à memória e à coragem de Inês, vários torturadores foram identificados, assim como a atuação do médico Amilcar Lobo<sup>4</sup>, responsável por manter os prisioneiros vivos.

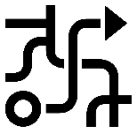
Em 2003, como se não bastassem todos os sofrimentos que havia passado na Casa do Terror, Inês sofreu uma agressão dentro de sua casa e foi internada com traumatismo cranioencefálico que comprometeu sua capacidade de falar e andar. Até hoje o agressor não foi identificado e a polícia registrou o caso como “acidente doméstico”. Afinal, Inês Ettiene era uma memória viva.

Ainda hoje, o silêncio é regra nesse período negro da história do Brasil. O torturador Paulo Malhães,<sup>5</sup> o “Doutor Pablo”, idealizador dos porões da Casa da Morte, quebrou o silêncio sobre o assunto, depondo na Comissão Nacional da Verdade. Relatou que:

---

<sup>4</sup> Amilcar Lobo, codinome Cr. Cordeiro, ficou conhecido após a abertura democrática como o médico que era levado por militares aos centros de tortura para garantir que os presos torturados ainda tivessem condições de aguentar maiores suplícios.

<sup>5</sup> Paulo Malhães, [tenente-coronel](#) reformado do [Exército Brasileiro](#), torturador e assassino confesso de presos políticos durante a Ditadura Militar. Gerenciava a Casa da Morte. Em 25 de abril de 2014, um mês após ter prestado depoimento de seu envolvimento em sessões de tortura à [Comissão Nacional da Verdade](#), Malhães foi encontrado morto em sua casa em [Nova Iguaçu](#). Foram encontradas marcas de asfixia em seu rosto e pescoço. Assim como Fleury, suspeita-se de queima de arquivo.



(...) para *virar* alguém tinha que destruir convicções sobre comunismo. Claro que a gente dava sustos, e o susto era sempre a morte. A casa de Petrópolis era para isso. Uma casa de conveniência, como agente chamava. (Comissão Nacional da Verdade. MALHÃES, 25/032014. Arquivo completo)

Segundo Malhães, o espaço tinha que ter jeito de casa comum, onde até festas eram organizadas para disfarçar o aparelho de tortura. “Nós queríamos que o lugar fosse tranquilo, que fosse calmo. E a casa de Petrópolis era o ideal”. (CNV, MALHÃES, 25/032014. Arquivo completo). Segundo ele, a libertação de Inês foi um erro dos agentes que acreditaram que ela havia se tornado uma delatora, que aceitara a condição de infiltrada.

O depoimento de Malhães à Comissão da Verdade foi dado em fevereiro e março de 2014 e, no dia 25 de abril de 2014, foi encontrado morto em seu sítio em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

### **DOCUMENTOS APRESENTADOS POR INÊS ETIENNE À OAB**

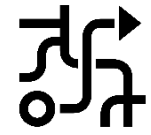
O testemunho de Inês Ettiene Romeu sobre a Casa da Morte foi entregue em 1979, uma semana após ter sido libertada de seus oito anos de prisão, a Eduardo Seabra Fagundes, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, (OAB, 1980), e na presença de Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, e Augusto Pereira, presidente do Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro. Também estava presente Maria Celina Romeu Cialdini, irmã de Inês.

Após se apresentar, entregou ao Presidente os seguintes documentos:<sup>6</sup>

- 1) Relatório escrito por ela em 18/09/1971, quando internada na Casa de Saúde Santa Maria em Belo Horizonte, no qual se acham expostas as circunstâncias de sua prisão e o tratamento recebido enquanto permanecia encarcerada até o seu internamento;
- 2) Atestado passado pela Casa de Saúde Santa Maria, consignando o período de seu internamento;
- 3) Carta de seus pais, datada de 09/09/1971, dirigida ao General Sylvio Frota, então comandante do 1º Exército, solicitando a entrega do corpo de sua filha,

---

<sup>6</sup>Seis documentos que continham as informações sobre o período em que esteve presa: as sevícias a que foi submetida, as tentativas de suicídio, o codinome dos torturadores, o nome dos militantes que por lá passaram e morreram, e um número de telefone.



referida Inês, em face de notícia de seu falecimento em poder de autoridades militares;

- 4) Certidão da 3ª Auditoria do Exército, Primeira Circunscrição Judiciária Militar, datada de 11/01/1969, na qual consta como data inicial de sua prisão o dia 5 de maio de 1971;
- 5) Carta escrita por ela dirigida ao advogado Augusto Sussekind de Moraes Rêgo, em 03/10/1971, relatando falecimentos, digo, padecimentos suportados em sua prisão;
- 6) Cartão datado de 09/08/1971, dirigido pelo General Everaldo José da Silva ao General Sylvio Frota, solicitando providências para que opai de Inês pudesse localizar a filha, acompanhado de xerocópia do respectivo envelope.

Perguntada, respondeu mais o seguinte:

(...) que a sua prisão foi legalizada no dia 07/11/1971 por ato do então Ministro da Guerra, General Orlando Geisel; que a partir dessa data, a depoente não foi mais torturada embora tenha recebido ameaças no quartel do Batalhão de Guardas, em São Cristóvão, onde permaneceu presa, com a recomendação de que não deveria denunciar as violências sofridas, ou os fatos presenciados; que foi conduzida para o Quartel de Comunicações da Pampulha, em Belo Horizonte, de onde foi transferida, no dia seguinte, em avião da FAB para o Rio de Janeiro, sendo recolhida ao Batalhão de Guardas de São Cristóvão; que, quatro meses depois, foi transferida para a Vila Militar onde permaneceu presa em vários quartéis, até fevereiro de 1973, quando foi transferida para ao Sistema Penitenciário do Estado, onde permaneceu até 29 de agosto de 1979, quando foi libertada, após haver cumprido, integralmente, a pena; que, enquanto se achava hospitalizada, seu advogado, Augusto Sussekind de Moraes Rego, pleiteou perante a Terceira Auditoria do Exército, a oficialização de sua prisão, a fim de que a mesma perdesse o caráter de clandestinidade que a intranquilizava, mas que isso não foi obtido. (Ordem dos Advogados do Brasil, 1971, pp. 4-5)<sup>7</sup>.

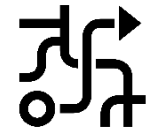
## DEPOIMENTO DE INÊS ETTIENE ROMEU

Meus carrascos afirmaram que “me suicidariam” na prisão, caso eu revelasse os fatos que ouvi, vi e que me contaram durante os três anos de minha prisão, pois reconhecem que “sei demais”.(Carta a Augusto Sussekin de Moraes Rego, ROMEU, 03/10/1971, p. 6)

Fui presa no dia cinco de maio de mil novecentos e setenta e um, em São Paulo, na Avenida Santo Amaro, entre os números 4 mil e 4 mil e duzentos, às nove

---

<sup>7</sup>A saber, todos os documentos citados são apresentados em reprodução xerográfica ou datilográfica.



horas da manhã, por agentes comandados pelo Delegado Sérgio Paranhos Fleury. Estava em companhia de um velho camponês, de codinome “Primo”, com quem tinha encontro marcado desde abril. Assistiu impassível a minha prisão, sem ser molestado. Levada para o DOPS, iniciou-se o interrogatório. O camponês, que era da região de Imperatriz, já havia denunciado um encontro marcado entre ele e José Raimundo da Costa, ao qual compareceria também Palhano, ex-líder dos bancários do Rio de Janeiro, para o dia seguinte. Confirmei a informação e disse que desde o dia 1º de março deste ano estava desligada do movimento e que me preparava para deixar o país. Em seguida, fui levada à sala de torturas, onde me colocaram no “pau de arara” e me espancaram barbaramente. Foram-me aplicados choques elétricos na cabeça, pés e mãos. Queriam conhecer o meu endereço na Guanabara, mas consegui, apesar de tudo, ocultá-lo, para proteger uma pessoa que lá se encontrava. Para evitar a continuação da tortura, mencionei ter um encontro no dia seguinte, no Rio de Janeiro, às 12 horas na Cascadura. Era minha intenção suicidar-me tão logo chegasse ao local, pois a perspectiva da continuação da tortura me aterrorizava. À tarde deste mesmo dia fui levada para o Rio de Janeiro, de automóvel. Chegamos por volta das 21h, parando, inicialmente, em frente ao Ministério da Guerra, na Av. Presidente Vargas, quando, do carro, desceu um indivíduo que se dirigiu ao interior do Ministério, pela entrada destinada aos carros e, de lá, regressou na companhia de um outro, à paisana, que se incorporou ao grupo. Seguimos, então, para uma delegacia situada na Av. Suburbana, próxima ao Largo dos Pilares, onde fui colocada numa cela. Meia hora depois, levaram-me para fazer o reconhecimento do local do “encontro”. Eu havia dito que teria que andar uns 300 metros, atravessando, inclusive, o Viaduto de Cascadura. Retornei à delegacia onde passei a noite, ouvindo gritos e espancamentos de presos comuns que lá se encontravam. No dia seguinte, 6 de maio, ao me aprontar para o “encontro”, fizeram-me calçar meias para ocultar as marcas do espancamento, bem visíveis, em minhas pernas. Às 12 horas fui para o local e atirei-me sob as rodas de um ônibus. Semiconsciente, fui levada pelos policiais para o Hospital da Vila Militar, onde recebi transfusão de sangue. Quase imediatamente, fui transferida para o Hospital Carlos Chagas por duas enfermeiras e dois médicos jovens. Ao ser feita a ficha de entrada, disse o meu nome e declinei minha condição de presa política. Fui desmentida por um policial que disse ser meu parente e que me chamava Maristela de Castro, fornecendo, inclusive, minha filiação. Neste hospital permaneci somente o tempo necessário aos primeiros socorros (sutura etc.). Logo fui transportada para o Hospital Central do Exército onde tiraram radiografias de minha bacia, constatando-se não haver fraturas e que os ferimentos que tinha no corpo, queimaduras de terceiro grau, foram consequência de ter sido arrastada pelas rodas traseiras do ônibus. Quando do preenchimento da ficha no H.C.E., forneci meu nome verdadeiro, filiação, idade etc., novamente declinando minha condição de presa política e as circunstâncias do acidente. Após medicada, informaram-me que eu teria alta em cinco dias. Na mesma noite, isto é, no dia seis, os agentes invadiram meu quarto e tentaram me interrogar, sendo impedidos pelo médico que me assistia. Dialogaram asperamente e um dos agentes disse aos berros que “estávamos em guerra” e que não poderia haver obstáculos legais para o que faziam. (...) No dia sete de maio fui visitada, em horários alternados, pelo Diretor do H.C.E, por um psiquiatra e por um Capitão do Exército, que queriam saber sobre minha saúde. No dia seguinte, entre 8 e 9 horas, retiraram-me à força do hospital e jogaram-me numa caminhonete C-14 que estava estacionada no pátio do hospital. Deitada e com os olhos vendados, fui conduzida para uma casa que, com o decorrer do tempo, descobri situar-se em Petrópolis, e cujo telefone é quatro mil e noventa (creio ser uma extensão do telefone do



vizinho, ao que parece o locador da casa; diariamente, este indivíduo a quem os agentes chamavam Mário, visitava o local e mantinha relações cordiais com os seus moradores. Mário é estrangeiro – possivelmente um alemão – e vive em companhia de uma irmã. Possui um cão dinamarquês, cujo nome é Kill; embora não participe pessoalmente das atividades e das atrocidades cometidas naquele local, tem delas pleno conhecimento. Seu nome é Mário Ladders, telefones e endereços atuais: 423254 e 426119 – Rua Arthur Barbosa 120 e 668<sup>a</sup> – Petrópolis, Rio de Janeiro.

Ainda durante a viagem iniciou-se o interrogatório. Recebi todo o tipo de ameaças, inclusive a de que estavam me reservando o mesmo tipo de tratamento dado pelo Esquadrão da Morte. Eu estava traumatizada e sentia dores fortíssimas em decorrência do atropelamento, além de um profundo sentimento de frustração por não ter morrido, temia não suportar as torturas.

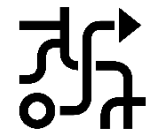
Chegando ao local, uma casa de fino acabamento, fui colocada numa cama de campanha, cuja roupa estava marcada com as iniciais C.I.E (Centro de Informação do Exército), onde o interrogatório continuou, sob a direção de um elemento que me torturara em São Paulo. (...) O agente paulista retirou-se dizendo: “ela está entregue a vocês”. Imediatamente “Dr. Cesar” (codinome) passou a chutar minha perna machucada, sendo contido por outro elemento. Talvez, porque eu me achasse em precário estado de saúde. Meus carcereiros, conheci-os por codinomes, posso reconhecê-los.<sup>8</sup>

Até o fim de maio fiquei acamada, sem condições sequer de levantar-me, pois sentia tremendas dores, sofrendo interrogatório, mas sem coação física. (...) Maio findo, houve uma radical mudança de comportamento: passaram a achar que eu mentia sobre o que lhes havia dito e, em consequência, torturaram-me quase que ininterruptamente. Quando não me submetiam a torturas físicas, destroçavam-me mentalmente. Nesta ocasião, aplicaram-me na veia uma droga qualquer, dizendo ser o soro da verdade. Senti o corpo entorpecido e não consegui manter os olhos abertos, mas a mente permanecia lúcida.

Dr. Roberto,<sup>9</sup> um dos mais brutais torturadores, arrastou-me pelo chão, segurando-me pelos cabelos. Depois tentou estrangular-me e só me largou quando perdi os sentidos. Esbofetearam-me e deram-me pancadas na cabeça. Colocavam-me completamente nua, de madrugada, no cimento molhado, quando a temperatura estava baixíssima. Fui várias vezes espancada e levava choques elétricos na cabeça, nos pés, nas mãos e nos seios. Nesta época, Dr. Roberto me disse que eles não queriam mais informação alguma, estavam praticando o mais puro sadismo, pois eu já fora condenada à morte, e que ele, Dr. Roberto, decidira que ela seria a mais lenta e cruel possível, tal o ódio que sentia pelos “terroristas”. (...) Alguns dias após submetida a verdadeiro horror, apareceu o Dr. Teixeira, oferecendo-me uma saída “humana”: o suicídio. (...) Aceitei e pedi um revólver pois já não suportava mais, entretanto, Dr. Teixeira queria que o meu suicídio fosse público. Propôs-me então que eu me atirasse debaixo de um ônibus como já fizera. (...) Por não ter me matado, fui violentamente castigada: uma semana de choques elétricos, banhos gelados de madrugada, “telefones”, palmatórias. Espancaram-me no rosto, até ficar desfigurada. A qualquer hora do dia e da noite sofria agressões físicas e morais. “Márcio” invadia minha cela para “examinar” meu ânus e verificar se “Camarão” havia praticado sodomia comigo. Este mesmo “Márcio” obrigou-me a segurar seu pênis enquanto se contorcía obscenamente. Durante este período fui estuprada duas vezes por Camarão e era

<sup>8</sup>O depoimento de Inês aponta o nome de 20 homens, com informações sobre cada um deles, seus codinomes, e muitos com seus nomes verdadeiros.

<sup>9</sup> Na relação dos carcereiros, Inês identifica-o como o Capitão Freddie Perdigão Pereira.



obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros.

Em 19 ou 20 de julho terminou esta fase de torturas. Dr. Pepe comunicou-me que haviam chegado a uma decisão a meu respeito: eu deveria tornar-me agente da repressão e infiltrar-me em minha organização. Fingi aceitar pois eu precisava quebrar a minha incomunicabilidade. Estava literalmente reduzida a um verme. O tratamento que me foi dispensado foi o mais cruel e o mais desumano.

Ponderei ainda que não tinha condições de me infiltrar na organização pois esta estava liquidada e que não tinha sentido uma infiltração no nada. Respondeu-me que havia ainda algumas pessoas e que outras viriam do exterior. Inicia-se, então, o processo de minha recuperação física e psicológica.

Dr. Carneiro, o médico, voltou a examinar-me, pois chegaram a supor que eu estava tuberculosa, tal o meu estado de fraqueza. (...) Em meados de julho, na fase mais crítica das torturas, tentei novamente o suicídio, cortando o pulso esquerdo com um pedaço de ferro arrancado da cama de campanha, mas o material não era suficientemente cortante e levei bastante tempo para perfurar o pulso, mas não consegui atingir a veia principal.

Nesta fase, reforçaram minha alimentação, deram-me roupas limpas e inclusive um par de óculos. (...) Neste contrato constava uma cláusula segundo a qual, se eu não cumprisse o combinado, minha irmã, Lúcia Etienne Romeu, seria presa, pois eu mesma, sua própria irmã, a acusava de estar ligada a grupos subversivos. (...) Obrigaram-me também a gravar um *tape* em que me declaro agente remunerada do governo, e filmaram-me contando notas de dez cruzeiros, quando lia o meu “contrato de trabalho”. (...) Filmaram-me de calça e sutiã para mostrar que as marcas de meu corpo eram consequência do atropelamento. (...) Terminada esta fase, combinou-se minha vinda para Belo Horizonte, onde deveria dar à família a versão de que, presa em São Paulo pelo Delegado Fleury e tentado o suicídio no Rio de Janeiro, conseguira burlar a vigilância do H.C.E de onde telefonara para uma amiga que me tirara de lá, escondendo-me em um sítio onde permanecera até a recuperação total dos ferimentos. (...) O vídeo-tape foi gravado no dia 4 de agosto. De posse de todos os documentos que me foram arrancados debaixo de tortura física e mental – mas nos quais não traí nem comprometi quem porventura pudesse ser por mim traído ou comprometido. (...) Para evitar que eu localizasse a casa onde eu me encontrava, rodávamos de carro durante umas 4 horas (eu com os olhos vendados). Seria então deixada em um lugar qualquer, teria que andar uns 200m a pé e então entraria novamente em um segundo carro, que me levaria a um hotel no Rio de Janeiro, ao Catete. Depois disso, um terceiro carro me buscaria, me conduziria à rodoviária, já com passagens compradas para Belo Horizonte. Eu tomaria o ônibus, no qual viajariam elementos dos órgãos de segurança do governo, desconhecidos para mim, a fim de me vigiarem. Chegaria a Belo Horizonte, procuraria minha família e contaria a história por eles descrita.

Por conversas ouvidas na madrugada, pressenti que se tramava uma cilada que culminaria com minha morte. (...) Diante de tudo isto e para não colaborar com a farsa de uma “morte acidental”, cortei os pulsos (na madrugada de domingo para segunda-feira, 9 de agosto). (...) Fui medicada pelo Dr. Carneiro, que me fez uma transfusão de sangue e suturas. Laecato perdeu o controle e disse: “sua comunista filha da puta, eu sabia que não podíamos confiar em vocês”. Dr. Bruno fez o seguinte comentário: “você quase destrói o trabalho de anos”.

Durante o tempo de meu cativeiro, tentei o suicídio quatro vezes, três das quais já descrevi. Na outra, engoli certa quantidade de vidro moído, obtido pelo tritramento de ampolas de injeção. Apesar de todas estas tentativas, quero esclarecer que não sou e que nunca fui uma suicida em potencial e que somente

em virtude do que me fizeram, do tratamento desumano e cruel a que fui submetida, é que quatro vezes tentei me matar.

Na quarta-feira, 11 de agosto, fui informada de que seria trazida para Belo Horizonte, documentada com uma carteira de identidade falsa, fornecida por eles, com o nome de Maristela de Castro. Dr. Pepe, Zé Gomes e outro desconhecido trouxeram-me numa Perua Veraneio, 1971, azul escuro e deixaram-me na porta da casa de minha irmã, aproximadamente às 21 h. Dr. Pepe preveniu-me para que eu não me entregasse a nenhuma autoridade pois se eu fosse presa, ele me “suicidaria” na prisão.

Após minha chegada, minha irmã imediatamente comunicou-se com os órgãos de segurança, solicitando a presença do Major Boffa, do S.N.I., demais membros da minha família e amigos. Foi providenciada, em seguida, a vinda de um médico e do advogado Iberê Bandeira de Melo. Fui conduzida para a Clínica Pinel, onde permaneci 5 dias e de lá fui transferida para a Casa de Saúde Santa Maria, onde me encontro até hoje, em tratamento. Cheguei a Belo Horizonte com 20 quilos a menos de meu peso normal, traumatizada, sem condições psíquicas(...). Mas eu tinha medo: não entendia o porquê de minha vinda, nem a razão de minha liberdade.

Finalmente, no dia 16 de setembro as coisas se aclararam. Recebi a visita do Dr. Pepe que se apresentou no hospital como Dr. Pedro Batista. (...) Ao se retirar, disse-me: “tudo o que combinamos está de pé, você terá de trabalhar para nós”. No dia seguinte Dr. Pepe voltou com Dr. Bruno e me disseram, em resumo, o seguinte: querem que eu vá para o Rio, para um convento (com exceção do das dominicanas) onde, semanalmente, receberei a visita de um deles, a fim de ser “recuperada”, ou melhor, para que eu me torne um agente do governo. Teria a obrigação de entregar os remanescentes da VPR. (...) Ameaçaram-me de morte ou de condenação para o resto da vida, nas prisões. Como se o que passei não representasse a pena mais cruel que qualquer crime pudesse jamais acarretar.<sup>10</sup>

## ANEXO<sup>11</sup>

Durante o meu cativeiro, presenciei os seguintes fatos:

1) Quando fui levada para a casa de Petrópolis, lá se encontrava o camponês nordestino, Mariano Joaquim da Silva, cognominado Loyola. (...) Dr. Teixeira disse-me, em princípio de julho, que Mariano fora executado porque pertencia ao Comando da VAR-Palmares, sendo considerado irrecuperável pelos agentes do governo;

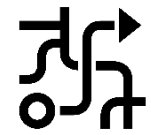
2) Dr. Pepe confirmou-me que seu grupo “executara” Carlos Alberto Soares de Freitas. (...) Disse-me que seu grupo não se interessa em ter líderes presos e que todos os “cabeças” seriam sumariamente mortos, após interrogatório. Contou ainda que Marilena Vilas Boas Pinto estivera também naquela casa e que fora, como Carlos Alberto Soares, condenada à morte e executada;

3) Aluisio Palhano, ex-líder dos bancários do Rio de Janeiro, preso em 6 de maio de 1971, foi conduzido para aquela casa no dia 13 onde ficou até o dia seguinte. Não o vi pessoalmente, mas Mariano Joaquim da Silva contou-me que presenciou

---

<sup>10</sup> Ordem dos Advogados do Brasil, Belo Horizonte, 18 de setembro de 1971, p. 08-20. Inês Etienne Romeu.

<sup>11</sup> Este Anexo é um complemento do documento da Ordem dos Advogados do Brasil (Comissão Direitos Humanos) páginas 21 a 23., assinado por Inês Etienne Romeu.



sua chegada, dizendo-me que seu estado físico era deplorável. Ouvi, contudo, sua voz várias vezes quando interrogado. Perguntei ao Dr. Pepe sobre ele, que me respondeu: “ele sumiu”;

4) Dr. Guilherme disse-me antes do dia 15 de maio, que iriam prender Ivan Mota Dias nesta data. Posteriormente, contou-me que Ivan havia sido executado por eles;

5) No mês de julho, estiveram na casa dois militantes da VPR e um da ALN. O primeiro penso ser Walter Ribeiro Novais, ex-salvavidas de Copacabana. Márcio me contou que o mataram. (...) Houve uma ruídos comemoração, em virtude de sua morte. O segundo é uma moça que acredito ser Heleni Guariba. Foi barbaramente torturada durante 3 dias, inclusive com choques elétricos na vagina. O terceiro é Paulo de Tarso Celestino da Silva, que foi torturado durante 48 horas por Dr. Roberto, Laecato, Dr. Guilherme, Dr. Teixeira, Zé Gomes e Camarão. (...) Durante muitas horas eu o ouvi suplicando por um pouco d’água;

6) No dia 4 de agosto, Laurindo chegou à casa e comunicou ao Dr. Bruno e Dr. César que José Raimundo da Costa havia sido preso numa barreira. (...) No interrogatório disse que não sabia onde estava Lamarca e, se o soubesse, não diria. Foi morto 24 horas depois de sua prisão, num “tiroteio” na Av. Suburbana, no Rio de Janeiro;

7) No mês de maio, soube por Camarão que Anselmo havia sido preso. Em fins de junho, Dr. Teixeira disse-me que ele estava solto e trabalhando para os órgãos do governo, como infiltração nas organizações. Fizeram-me perguntas sobre fatos de que apenas o Cabo Anselmo tinha conhecimento;

8) No mês de maio, soube por Camarão que Anselmo havia sido preso. Em fins de junho, Dr. Teixeira disse-me que ele estava solto e trabalhando para os órgãos do governo, como infiltração nas organizações. Fizeram-me perguntas sobre fatos de que apenas o Cabo Anselmo tinha conhecimento;

9) Na ausência de oficiais, a casa foi muitas vezes visitada por prostitutas, quando eram realizadas “festas”, das quais participavam Perdal, Camarão, Raul, Marcelo e Alan.<sup>12</sup>

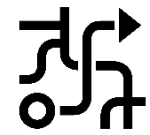
## CONCLUSÃO

Em 1989, o jurista Fábio Konder Comparatodisse à Inês Etienne que não receberia indenização por causa da prescrição. Etienne respondeu:

Professor, eu não quero um tostão de indenização. Esse dinheiro de indenização vem do povo e a grande vítima é o povo. (...) O que eu quero é que a justiça de meu país reconheça oficialmente que eu fui sequestrada, mantida em cárcere privado, estuprada três vezes por agentes públicos federais pagos com o dinheiro do povo brasileiro (COMPARATO, Comissão Nacional da Verdade. Volume 3 Dezembro/2014.p. 533)

---

<sup>12</sup> Ordem dos Advogados do Brasil, ANEXO, Belo Horizonte, 18 de setembro de 1971, pp. 21-23. Inês Etienne Romeu.



Inês Etienne Romeu merece nosso respeito e admiração, porque fez de sua dor uma luta pelos direitos humanos. Respeito pela sua coragem, pela memória e pela contribuição à história de nosso país.

A história da ditadura militar no Brasil ainda está para ser contada e transformou-se numa disputa pela memória, portanto uma disputa pela história. Torturados e torturadores ainda estão vivos, convivendo em espaços políticos, demonstrando a dívida que o Brasil possui pela sua história recente.

É importante escrevermos essa história com todos os detalhes para que ao vermos pessoas pedindo o retorno dos militares ao poder saibamos o que estão pedindo. Na disputa pela memória, Inês Etienne Romeu foi vencedora. Obrigada!

## REFERÊNCIAS

COLLING, Ana Maria..*A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

\_\_\_\_\_. A Ditadura Militar e o corpo feminino. In: *Faces e Interfaces da violência de gênero*. Goiânia: Editora da UFG, 2016.

COMPARATO, Fábio, Konder. *Relato à Comissão Nacional da Verdade*. Volume 3. Dezembro de 2014.

MALHÃES, Paulo. *Depoimento completo à Comissão Nacional da Verdade*. 25/03/2014.

OAB. *Ordem dos Advogados do Brasil*. Conselho federal. Comissão de Direitos Humanos. Processo nº F-CDB -017/80. Assunto Tortura praticada pela Polícia Civil. Inês Etienne Romeu. MJ 007252/81.

ROMEU, Inês Etienne, *Carta à Augusto Sussekind de Moraes Rego*. Belo Horizonte, 03/10/1971.

\_\_\_\_\_. *Relatório*. Belo Horizonte, 18/09/1971.

\_\_\_\_\_. *Anexo*, Belo Horizonte, 18/09/1971.

Recebido em 20/09/2023

Aprovado em 05/12/2023